

INTERFACE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

ETHNIC AND RACIAL RELATIONS AND THE EDUCATION AND
COMMUNICATION INTERFACE

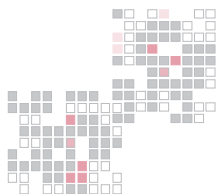
*LA INTERFAZ DE EDUCACIÓN Y COMUNICACIÓN Y LA EDUCACIÓN
PARA LAS RELACIONES ÉTNICAS Y RACIALES*

Rosangela Malachias

■ Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Pós-doutorado na Cátedra UNESCO/UMESP. *Fulbright fellow* na University of Maryland College Park, Philip Merrill College of Journalism. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, bolsa SYLFF, Japão.

■ E-mail: rosmalach@gmail.com.

28



RESUMO

O artigo compartilha os processos de concepção e vivência de atividades formativas (minicursos e mesa redonda) sobre a interface comunicação e educação; epistemologias afro-brasileiras; educação para as relações étnico-raciais e direitos humanos. Por essa razão, a narrativa transita entre a impessoalidade e a pessoalidade (eu/nós) quando expressa a reflexão apreendida durante os debates. Como resultado, em 2015, foi criado um grupo fechado denominado epistemologia afro-brasileira na interface comunicação e educação na rede social Facebook, em que conteúdos e referências sobre o conhecimento produzido por/sobre indivíduos, grupos e população negra vêm sendo frequentemente compartilhados. Em 2016, novos (as) cursistas foram inseridos (as) no grupo, ampliando quantitativa e qualitativamente esta postagem. Consideramos essa mediação contínua como processo de educação não formal (Gohn, 2006) por ocorrer no “mundo da vida”, a partir do compartilhamento de experiências.

PALAVRAS-CHAVE: INTERFACE; COMUNICAÇÃO; EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

ABSTRACT

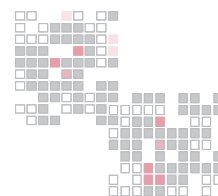
The article shares the processes of conception and experience of training activities (mini-courses and round table) on the Communication and Education Interface; Afro-Brazilian Epistemologies; Education for Ethnic-Racial Relations and Human Rights. For this reason, the narrative moves between impersonality and personality (I/we) when expressing the consideration attained from the debates. In 2015, as the outcome of the work, a closed group called Afro-Brazilian Epistemology was created in the Communication and Education Interface on the Facebook Social Network, wherein content and references about the knowledge produced by/about black individuals, groups and population are often shared. In 2016, new students were included into the group, quantitatively and qualitatively expanding this post. We consider this continuous mediation as a Non-Formal Education process (GOHN: 2006) for occurring in the “world of life”, based on the sharing of experiences.

KEYWORDS: INTERFACE; COMMUNICATION; EDUCATION FOR RACIAL AND ETHNIC RELATIONS.

RESUMEN

El artículo comparte los procesos de concepción y vivencia de actividades formativas (mini-cursos y mesas redondas) sobre la Interfaz Comunicación y Educación; Epistemologías Afro-brasileras, Educación para las Relaciones raciales y étnicas y Derechos Humanos. Por esta razón, se adoptaron dos estilos de escritura: lo personal y lo no personal para informar opiniones y debates. Consideramos estas prácticas de compartir como parte del “mundo de la vida” y pueden ser consideradas como Educación No-formal (GOHN: 2006). Resultados: Los participantes desarrollaron una página en Facebook - para un grupo cerrado - denominada Epistemología Afro-Brasileira e Interfaz de Comunicación y Educación en la que comúnmente se comparten contenidos, experiencias, dinámicas, artículos.

PALABRAS CLAVE: INTERFAZ; COMUNICACIÓN; EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICAS Y RACIALES.



1. Considerações iniciais

A ideia de relatar reflexivamente apenas três¹ atividades formativas apresentadas pela Sociedade Científica de Estudos da Arte (CESA) na programação geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (edições 2015 e 2016) atende a três razões pragmáticas: a primeira é a própria demanda dos(as) cursistas, majoritariamente compostos por estudantes de graduação, licenciatura, pesquisadores(as) de pós-graduação e educadores(as) da rede pública que atuam na Educação Básica do Brasil² por relatos didático-pedagógicos.

A segunda razão é pessoal e busca a efetividade da coerência entre o discurso e a prática da proponente, ora autora, que persistentemente sugere ao público participante o registro, como memória, de suas atividades (profissionais) na escola, na universidade, na ONG etc. Acreditamos que os problemas, soluções, reflexões, opiniões, críticas, pensamentos, imagens contribuem para o aprimoramento de nossa prática pedagógica e nos aproxima da possibilidade de *aprender a conviver* com as diferenças. A diversidade regional, étnico-racial, cultural e de gênero das pessoas participantes das atividades formativas adiante problematizadas contribuiu, a cada dia de encontro, para o intercâmbio de dúvidas, críticas, temores, experiência e pesquisas.

A terceira motivação explica-se numa efeméride histórica. Estamos em *plena Década Internacional dos Afrodescendentes* (2015 a 2024), instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, após 2011, *Ano Internacional dos Afrodescenden-*

1 A CESA – Sociedade Científica de Estudos da Arte participa das reuniões anuais da SBPC desde 1986 apresentando uma gama de atividades: minicursos, mesa redondas, assembleias, simpósios, lançamentos literários etc.

2 As reuniões anuais da SBPC atraem participantes de todo o país e no item “público alvo” dos minicursos, sempre priorizamos professoras e professores da rede pública por compreendermos que a universidade pública deve obrigatoriamente promover a extensão do conhecimento.

tes. A ONU orientou os países membros e suas instituições a trabalharem para a erradicação do racismo institucional e a promoverem o conhecimento do legado e participação afrodescendente no mundo. Neste sentido, os minicursos de 2015 e 2016 abriram os trabalhos da CESA para esta década específica, embora seja a continuidade de um trabalho já existente em prol da temática étnico-racial negra e indígena.

Agradeço principalmente à CESA pelo convite feito a minha pessoa para integrar a equipe de proponentes de atividades formativas, bem como a especial colaboração teórica da professora Dilma de Melo Silva, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Especial porque poucas pessoas conhecem, como ela, fundamentos das Artes Africana, Afrobrasileira e Latinoamericana.

2. Adequação de propostas

O artigo compartilha os processos de concepção e vivência de atividades formativas (minicursos e mesa redonda) sobre a Interface Comunicação e Educação; Epistemologias Afro-brasileiras; Educação para as Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos. Logicamente para cada SBPC tentamos adequar nossos temas de trabalho aos objetivos da CESA, que há mais de trinta anos participa de todas as reuniões científicas da SBPC, no que se refere à pesquisa e difusão de conhecimento sobre estudos da arte, ciências sociais aplicadas, ciências humanas em contextos latino-americanos.

Por conseguinte, aguardam-se os pareceres de aceite ou recusa das atividades apresentadas. Em 2015, o tema central da 67ª Reunião Anual da SBPC foi “Luz, Ciência e Ação” em alusão ao Ano Internacional da Luz proclamado pela Assembleia das Nações Unidas. Por essa razão, quando propus o minicurso *Epistemologia Afro-brasileira na Interface Comunicação e Educação* vislumbrei a necessária compreensão da equipe

avaliadora sobre a história do Brasil e do continente latino-americano como *locus* do sistema colonial e, portanto, da escravidão.

Por este fato, a pertinência do minicurso estaria na necessidade de se dar “luz” à história social da população negra brasileira ampliando-a, em alta definição, com a interface Comunicação e Educação. A “ciência” e a “ação” da intelectualidade afro-brasileira deixaram registros tecnológicos para o desenvolvimento do Brasil e que transculturalmente se apresentam na múltipla discursividade oral, impressa, imagética, corporal, que o conhecimento africano e afro-brasileiro teceu e continua a tecer na história brasileira.

O legado tecnológico construído pelas populações negras na diáspora, quando analisado sob óticas transversais, interdisciplinares e transdisciplinares, externa e irradia dinâmicas políticas de luta pela sobrevivência em condições adversas de opressão escravista e, na pós-abolição, desenvolveu-se transculturalmente como resistência ao racismo europeu, que passa a impregnar o pensamento social do início do século XX.

Por tais razões, cada encontro foi metodologicamente pautado pelos Princípios que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2005) seguindo experiências formativas anteriores realizadas junto à rede pública do município de São Paulo (Malachias, 2014).

Em 2016, o tema central da 68ª Reunião Anual da SBPC foi “Sustentabilidade e Tecnologias para a Integração Social” e, para atendê-lo, o minicurso *Educação, Comunicação, Diversidade Étnico-racial e Direitos Humanos* visou identificar e desconstruir estereótipos presentes nos meios de comunicação, nas redes sociais, na música, na literatura, nas artes tendo como cerne a compreensão da *sustentabilidade* como conceito inerente ao desenvolvimento humano (ANDI, 2001) “das pessoas”, por ampliar as suas potencialidades; “para as pessoas”,

na medida em que favorece a prática da equidade e “pelas pessoas”, ampliando a participação cidadã na elaboração de políticas públicas (Malachias, 2016)³. Cada encontro foi metodologicamente pautado pelos Pilares da Educação (Delors, 2001).

3. Interfaces

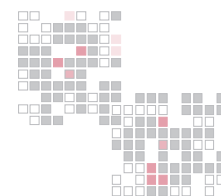
Nos cursos ou disciplinas de Comunicação e Educomunicação, alguns autores europeus e latino-americanos constam como referências⁴ bibliográficas obrigatórias. De fato, a sua produção demonstra a problematização de epistemologias relacionadas ao uso da comunicação e aos processos de mediação inerentes à apropriação dos meios pela recepção crítica, pela gestão e/ou criação educacionais possíveis nos ecossistemas inerentes à educação.

Não questionamos a legitimidade desses nomes, mas, sim, a lacuna de análises que incorporem a dimensão étnico-racial, imprescindível a um país como o Brasil, a biografia e produção teórica de intelectuais, jornalistas, cientistas sociais e ativistas negros(as), como José Correia Leite (1900-1989); Antonieta de Barros (1901-1952), Abdias do Nascimento (1914-2011), Lélia Gonzalez (1935-1994) e outros(as) que não compõem os cursos de comunicação (Malachias, 2014; 2016) permanecendo silenciadas. Embora a produção de conhecimento da intelectualidade negra (em especial a produzida nos séculos XIX e XX) congregue teoria e prática - “ciência e ação” – ainda carece de “luz” para que seja vista, (re) conhecida, apreendida e propagada.

Não é à toa que parcela do público cursista (em São Carlos e em Porto Seguro) surpreendeu-se quando apresentamos a cronologia histórica dos movimentos negros brasileiros exemplificando as

3 Ementa proposta para o minicurso ministrado em julho de 2016 na 68ª Reunião Anual da SBPC, na UFSB, Porto Seguro.

4 São eles: Célestin Freinet, Janusz Korczak, José Marques de Melo, Jesús Martín Barbero, Juan Díaz Bordenave, Luiz Beltrão, Paulo Freire, Néstor García Canclini, Mario Kaplún, Guillermo Orozco Gomes, Daniel Prieto Castillo, Mariázinha Fusari, Ismar O. Soares, dentre outros.



suas conquistas políticas desde o início do século XX até a contemporaneidade (Malachias: 2006; 2009). Identificamos também como exemplos de resistência contínua ao sistema escravista, como as centenas de insurreições e rebeliões (Moura, 1997) que ocorreram no território brasileiro são ainda omitidas como resistência política e conhecimento técnico.

O desconhecimento aliado a surpresa mencionada decorrem da descrença da participação de pessoas negras na história nacional ocupando papéis sociais diferenciados daqueles que a ideologia delimita. Sobre isso, os debates apresentaram o pensamento do jornalista e intelectual negro Fernando Conceição (1995), que denomina esta delimitação de espaços como “três éles”: “o lúgubre, o lúdico, o luxurioso” (Conceição, 1995).

Para Stuart Hall a ideologia se expressa nas imagens, conceitos, premissas que embasam, estruturam, representam, interpretam e dão sentido (*make sense*) a alguns aspectos da existência (Hall, 2003, p.89). Sendo assim, as interfaces tornam-se imprescindíveis quando nos dispomos a assumir uma educação para as relações étnico-raciais e se ampliam entre campos do conhecimento como a Cultura, História, Educação, Comunicação, Linguística, Artes, Direito, Literatura, cujos referenciais favorecem mediações e o esvaziamento de pré-noções e preconceitos, que até bem pouco eram ‘verdades’.

A posse do sentido ou da “consciência negra” que, segundo o intelectual sul-africano Stevie Biko extrapola a tonalidade da pele de quem a adquire (Biko, 1993), ativa a chance da aquisição de outras verdades.

E quais seriam estas outras verdades?

Pensem sobre as críticas direcionadas aos direitos humanos. Nossa experiência⁵ docente –

5 A autora ministra cursos de formação docente e gestora desde 2001 – ver artigo internacional (Malachias, 2015). O desconhecimento do texto da DUDH ainda se mantém entre a maioria dos(as) participantes dos cursos que ministramos.

tanto na formação de professoras(es) como na universidade – tem demonstrado que o conteúdo (preâmbulo e 30 artigos) da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é desconhecido do público (inclusive cursistas com ensino superior) e o seu atrelamento reducionista a situações de violência criminal é uma ocorrência comum. Uma possível explicação poderia ser a audiência de programas televisivos e radiofônicos de jornalismo policial, que contribuem para a propagação discursiva de frases feitas, jargões e senso comum sobre “os direitos humanos como direitos para os bandidos”. A relevância dessa ocorrência empiricamente constatada⁶ está no fato da ideologia discursiva ampliar-se nas mídias contribuindo para a assimilação de ideias superficiais, “verdades” questionáveis e estereotípias sobre os direitos humanos.

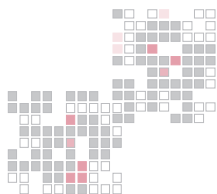
...o fato de que não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregado de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeitos, língua, sociedade e história, resultando em diferentes formações discursivas (Orlandi, 2007, p.297).

Educar para as relações étnico-raciais implica considerar quatro séculos e meio de regime escravista e o colonialismo europeu no Brasil como paradigma civilizatório. Implica constatar a branquitude como característica de prestígio, condição de privilégio e neutralidade, pois como afirma Barbara Flagg: “*To be white is not to think about it*” (Flagg, 1993) [“Ser branco é não pensar sobre isso”]⁷. Para Maria Aparecida Bento, “Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio” (Bento, 2002).

Os direitos humanos da população negra foram negados no passado e ainda continuam a ser: escravismo; teorias eugenistas; desigualdades

6 Dinâmicas realizadas.

7 Tradução livre de R. Malachias.



socioeconômicas (Pesquisas do IBGE-PNAD; IPEA); exclusão e barreiras impostas ao acesso à escola pública no pós-abolição (Abramovic, 2006); ao mercado de trabalho (DIEESE) e a histórica e contínua violência sistemática de extermínio da juventude negra nos séculos XX e XXI (Ver Mapas da Violência 2012, 2013, 2014). Estes são alguns dentre uma série de fatos que estruturaram o racismo na sociedade brasileira.

O *racismo institucional* foi primeiramente definido pelos intelectuais e ativistas afroamericanos Stokely Carmichael e Charles Hamilton como uma “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (Carmichael, Hamilton 1967, p.4). Quando espaços institucionais como a escola pública e a mídia naturalizam eventos racistas, como xingamentos direcionado às pessoas negras, negando a sua humanidade, a reflexão sobre a interface comunicação e educação torna-se imprescindível.

Pessoas negras chamadas de “macacas” possibilita a constatação da permanência e violência do racismo. Durante a segunda guerra mundial, os judeus eram denominados como “ratos”. Negar a humanidade a homens, mulheres, crianças é um ato de violência concretizado pelo extermínio (campos de concentração para judeus no passado; morte por armas de fogo para a juventude negra brasileira na contemporaneidade).

4. Resistências transculturais

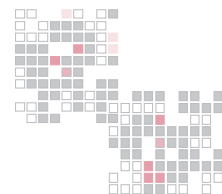
As reações ao racismo sempre ocorreram. Ações individuais e coletivas marcam a resistência política, histórica e transcultural e a persistente reivindicação pelo acesso à educação e representação digna nas mídias. A transculturação aqui é entendida como choque, confronto, reelaboração cultural dinâmica e por isso transformadora (Malachias).

Ao pesquisar a história dos Negros na Educação, Mariléia dos Santos Cruz relata:

No que diz respeito ao esforço específico do grupo em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica patente a criação de escolas pelos próprios negros (...) Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado em Campinas, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (Maciel, 1997; Barbosa, 1997; Pereira, 1999); ou aulas públicas oferecidas pela Irmandade de São Benedito em 1821, em São Luiz do Maranhão (Moraes, 1995).

Outras escolas são apenas citadas em alguns trabalhos, a exemplo da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e a promoção de cursos de alfabetização, de curso primário regular e de um curso preparatório para o ginásio criado pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo (Pinto, 1993; Cunha Jr., 1996; Barbosa, 1997) (Cruz, 2005, p.26).

A Imprensa Negra (1833-1950) que comunica(va) à comunidade os fatos sociais ignorados pelos grandes jornais; o investimento da Frente Negra Brasileira (FNB) (1930-1937) na valorização da educação e promoção da alfabetização pela escola Frentenegrina destinada a crianças negras e não brancas, excluídas das escolas públicas de São Paulo; a linguagem teatral inovadora e metodologias de alfabetização do Teatro Experimental do Negro (TEM) (1940-1960) fundado pelo intelectual Abdias do Nascimento e pelo poeta Solano Trindade; a pauta socialista, em plena ditadura militar, do plano de ação do Movimento Negro Unificado (MNU) fundado como entidade política em 1978; a mobilização



das Mulheres Negras nos anos 1980 por moradia digna, saúde, cidadania são fatos históricos e transculturais que motivaram o ativismo a se apropriar das estratégias de *advocacy* aprendendo a conhecer legislação e política, assim como a utilizar técnicas da gestão e produção comunicativas e a consolidação de redes estruturadas por indivíduos e ou coletivos para divulgar conhecimento produzido por pessoas negras, eventos, ações educativas, mobilizações por solidariedade, protestos, denúncias, financiamentos, desabafos.

Abaixo, o detalhamento dos minicursos.

4.1. Atividades e metodologias: princípios – pilares e valores civilizatórios

O minicurso *Epistemologia Afrobrasileira na Interface Comunicação e Educação* ministrado em 2015 na 67ª SBPC na UFSCar foi metodologicamente estruturado pelos *Princípios* que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-racial Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2004). São eles:

(1º dia) Consciência Histórica e Política da Diversidade;

(2º dia) Fortalecimento das Identidades e Direitos;

(3º e 4º dias) Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações.

Dinâmicas instigaram as equipes do minicurso de 2015, na UFSCar, a problematizar cada etapa realizada e inseri-la no princípio regente do dia. Assim, a *consciência histórica e política da diversidade* (Brasil, 2004) pode ser constatada na própria sala e participação de cursistas oriundos de vários estados do país; pessoas com formação acadêmica, gênero e pertencimento étnico-racial diferentes. A partir desta constatação aparentemente óbvia foi possível *aprender a conhecer* (Delors, 2001) questões regionais e desconstruir pré-noções e estereótipas sobre ser negro, mulher, nordestino, cotista, indígena,

gay, gordo, como sugere o princípio *fortalecimento de identidades e direitos*.

Por sua vez, o princípio *ações educativas de combate ao racismo e discriminações* (Brasil, 2004) orienta o fazer pedagógico reflexivo na escola (e não somente lá), pois como Maria da Glória Gohn vemos a educação não formal como aquela que ocorre em situações e ambientes interativos construídos coletivamente.

A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que o circunda, os indivíduos e suas relações sociais. (...) A construção de relações sociais baseada em princípios de igualdade e justiça social (...) fortalece o exercício da cidadania (Gohn, 2006).

O minicurso *Educação, Comunicação, Diversidade Étnico-racial e Direitos Humanos* ministrado em 2016 na 68ª SBPC na UFSB foi metodologicamente estruturado pelos quatro Pilares da Educação (Delors, 2001), a saber:

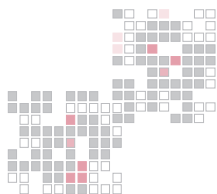
1º dia – Aprendendo a Conhecer – campos e conceitos interligados

2º dia – Aprendendo a Conviver – identificando e desconstruindo estereótipos

3º dia – Aprendendo a Fazer – outros discursos – impressos, imagéticos, sonoros – possíveis.

4º dia – Aprendendo a Ser – Humanos

As dinâmicas priorizaram o aprofundamento conceitual do racismo, do preconceito, discriminação racial e estereótipo instigando as equipes ao planejamento e gestão comunicativa para a proposição de narrativas midiáticas, que pudessem atuar como contralinguagem (Sodré, 2005) questionadora das representações sociais relacionadas ao imaginário social pela ênfase dada ao caráter simbólico da experiência viven-



ciada por sujeitos que compartilham experiências comuns (Jodelet, 1990).

A crescente ocupação, produção discursiva e imagética nas redes sociais do ativismo social negro tem qualificado as reflexões teóricas sobre o epistemicídio (extermínio do conhecimento pela sua negação, invisibilidade e/ou recusa institucionalizadas) evidenciando a dinâmica transcultural que o etnólogo cubano Fernando Ortiz (1973) classificava como fases simultâneas de choque, dor, apropriação cultural, apatia, resistência, reelaboração constante. Postagens de sites especializados evidenciam esta discursividade política e cultural.

Exemplos de Sites sugeridos: www.blogueiras-negras.org, www.ceert.org.br, www.geledes.org.br, www.ipeafro.org.br, www.museuafrobrasil.org.br, <http://omenelick2ato.com>.

O conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assim como o de outras convenções e tratados ratificados pelo Brasil - como a de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1965), a CEDAW (Convenção para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (1979), Plano de Ação Durban ratificado no âmbito da Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001 e revisto em 2009), Convenção da Diversidade Cultural (2005) – assim como a própria Constituição Brasileira (1988) são alguns marcos legais que instrumentalizam as práticas de *advocacy* (Libardoni), ou seja, a “ajuda para quem necessita”.

Outra atividade da CESA na 68ª SBPC foi a mesa redonda *Apropriação das tecnologias visando a sustentabilidade na área da arte, cultura e educação*. As exposições do Museu Afro Brasil disponíveis na web (comentadas por Dilma Melo Silva) e a explanação sobre as práticas formativas denominadas como “diálogos pedagógicos e educacionais para a diversidade étnico-racial na infância” (Malachias, 2014) jun-

to a educadoras(es) da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de São Paulo ilustraram a prática pedagógica decorrente da interface entre as artes, a educação e as mídias.

Priorizamos abordar a diversidade inerente às artes africana e afro-brasileira sob a ótica analítica dos valores civilizatórios (Trindade, 2005), pois consideramos que “a arte é, acima de tudo, um veículo de comunicação numa dada sociedade, no sentido em que o seu papel consiste em difundir influências civilizadoras” (Ola Balogun, 1977, p.39).

5. Considerações finais: compartilhamento

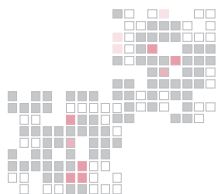
Para que as ideias continuassem a ser trocadas, os/as cursistas de 2015 sugeriram a criação de uma página na rede social Facebook, denominada *Epistemologia Afrobrasileira na Interface Comunicação e Educação*. Optou-se por um grupo fechado, no qual as pessoas interessadas em integrá-lo precisam solicitar a sua inserção. No último dia do minicurso na UFSB descobrimos que dois participantes da Bahia, se inscreveram no minicurso por sugestão de uma amiga comum a ambos, que em 2015 participou do curso na UFSCar.

As postagens são constantes e aludem a eventos e personagens locais e/ou internacionais que por sua relevância não podem ser restritos aos três éles (Conceição, 1995) anteriormente mencionados. Ilustram a histórica formulação de conhecimento por parte da população negra desde o escravismo (técnicas agrícolas, escultóricas, arquitetônicas, mineração, metalurgia, hidráulica, corporal, culinária) a nossos dias (cientistas e autores/as negras e negros) e contribuem para a propagação qualificada de conteúdos educativos, com diversidade étnica e de gênero, no espaço não formal da web.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES-MAZZOTTI, Judith. *Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação*. Portal Metodista. Disponível em: <www.metodista.br/pcc/multiplas-leituras/multiplas-leituras-01/representacoes-sociais-aspectos-teoricos-e-aplicacoes-a-educacao>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- BALOGUN, Ola. Formas e expressões na arte africana. In: *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2002, p.25-58.
- BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.
- CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. *Black power: the politics of liberation in America*. New York: Vintage, 1967.
- CRUZ, Marileia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (Org.) *História da Educação do Negro e outras histórias*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.21-34.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade*. São Paulo: Palas Athena, 2002.
- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Trad. José Carlos Eufrázio. Brasília/São Paulo: MEC/UNESCO/Cortez, 4ª ed., 2000.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscara branca*. Rio de Janeiro: Fator, 1980.
- FLAGG, Barbara J. *Was blind, but not i see: white race consciousness and the requirement of discriminatory intent*. 91 Mich. L. Rev. 953, 1993.
- FONTANA, Marcelo. *Os valores civilizatórios africanos e a desconstrução de uma África inventada pelo Ocidente*. Disponível em: <http://midiaetnia.com.br/wp-content/uploads/2010/09/Os-Valores-Civilizatórios-Africanos-e-a-Desconstrução-de-uma-África-Inventada-pelo-Ocidente.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia. I Congr. Intern. Pedagogia Social, março, 2006.
- HALL, Stuart. *Whites of their eyes: racist ideologies and the Media*. In: DINES, Gail; HUMEZ, Jean M Editors. *Gender, Race and Class in Media a text reader*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications International Educational and Professional publisher. Second edition, 2003, p.83-93.
- IANNI, Octávio. Língua e sociedade. In: VALENTE, André (Org.) *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p.11-47.
- JODELET, D. *Représentation sociale: phénomène, concept e theorie*. In: MOSCOVICI (dir.). *Psychologie Sociale*, Paris: Presses Universitaires de France, 1990 (2ª ed.).
- LIBARDONI, Marlene. *Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy*. Disponível em: <file:///C:/Users/Rosangela/Documents/Artigos/Fundamentos%20Teóricos%20em%20Advocacy-M.%20LIBARDONI.PDF>. Acesso em: 27 jul.2016.
- MALACHIAS, Rosangela. Talking about intersections of gender, race and class in the training of public teachers in São Paulo, Brazil. In: REILY, Elizabeth C.; BAUER, Quirin J (Editors) *Women leading education across the continents: overcoming the barriers*. Nova York, Toronto: Rowman and Little Field, 2015.
- MALACHIAS, Rosangela. *Diálogos pedagógicos: práticas comunicativas e uma epistemologia afrobrasileira na formação docente e gestora no município de São Paulo*. Revista FSA, Teresina, v.11, n.4, art. 3, p.39-64, out./dez. 2014. ISSN impresso: 1806-6356. ISSN eletrônico: 2317-2983. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/2014.11.4.3>.
- MALACHIAS, Rosangela. *Perspectivas polissêmicas na pesquisa A Mídia Impressa no Brasil e a Agenda da Promoção da Igualdade Racial - Jornais e Revistas 2001-2008*. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR: 2 a 5/9/2014.
- MALACHIAS, Rosangela. *Communicative Actions. Brazilian Women in Educational Leadership*. In: SOBEHART, Helen C (Editor) - *Women Leading Education Across the Continents – Sharing the Spirit, Fanning the Flame* foreword by Charles Dougherty. Lanham, New York, Toronto, Plymouth, UK: American Association of School Administrators, 2009, 230pp.
- MALACHIAS, Rosangela. *Cabelo Bom, Cabelo Ruim – In: Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola – vol. 4 – Gislene A Santos (Org.) – MEC/UNIAFRO/NEINB-USP*. São Paulo: Editora Terceira Margem, 2009.
- MALACHIAS, Rosangela. Considerações método-ideológicas. Teoria, prática e o ativismo Negro, Feminista e Juvenil. In: MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goreti; PINTO, Tabajara Novazzi (Orgs.) *Direitos Humanos, Segurança Pública & Comunicação*, São Paulo: Editora AcadePol, (ISBN. 978-85-61034-00-9), 2008.



MALACHIAS, Rosângela. A experiência do Programa RDDDS, Raça, Desenvolvimento e Desigualdade Social, Brasil – Estados Unidos (RDDDS), patrocinado pela CAPES. Livro *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*, Brasília, DF: MEC/SECAD/UNESCO.

MALACHIAS, Rosângela. Mídia Educação e Movimentos Negros – In: *Revista Mídia Etnia – A Imagem dos Negros nos Meios de Comunicação* – ISSN 1808-7353. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Setembro de 2006.

MALACHIAS, Rosângela. Práticas educacionais e Teorias interdisciplinares no combate ao racismo – In: *Revista Identidade Científica* do Grupo de Pesquisa GEPEC – Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente: UNOESTE – vol. 01 – número 03 – Novembro de 2004 – ISSN 1678-0787 – p.68-73.

MALACHIAS, Rosângela. Ação transcultural: a visibilidade da juventude negra nos bailes black de São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba). Dissertação de Mestrado, São Paulo, PROLAM/USP, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, outubro/1996. 152p

MARTIN-BARBERO, Jesus – *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. ORIN, Edgar – *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. Maria da Conceição de Almeida e Edgard Assis Carvalho (Orgs.) – Tradução: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Puccinelli Eni. Educação em Direitos Humanos: um dis-

curso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et alli - *EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Fundamentos teórico-metodológicos* João Pessoa: Editora Universitária, 2007 – pp.295-312.

PINTO, Regina Pahim. *Diferenças étnico-raciais e formação do professor*. Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, n.108, p.199-231, novembro, 1999.

PINTO, Regina Pahim. *Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade*. Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, n.86, p.25-38, agosto, 1993.

SILVA, Dilma de Melo. *Por que riem da África?* In: SANTOS, Gislene Aparecida dos (Org) - *Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola* – vol. 6 – São Paulo: Editora Terceira Margem, 2009.

SILVA, Dilma de Melo. Identidade afro-brasileira: abordagem do ensino de arte. In: *Comunicação & Educação*, n.10, 1997.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. *Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura*. v.1, n.1, mar-jun. 2010.

TRINDADE, Azoilda – Valores Afro-brasileiros na Educação Infantil. In: *Salto para o Futuro*, Boletim 22, 2005. Disponível em: <<http://salto.acerp.org.br/fotos/salto/series/151432Valoresafrobrasileiros.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

Recebimento: 23/03/2017

Aprovação: 23/06/2017

